



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

CAMPUS SAMAMBAIA

TECNOLOGIA EM DESIGN DE PRODUTO

GIOVANNA FOURAUX ABREU BORGES FACCENDA

**DESIGN UNIVERSAL, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO MUSEU DE ARTE DE
BRASÍLIA (MAB)**

Brasília

2024

GIOVANNA FOURAUX ABREU BORGES FACCENDA

**DESIGN UNIVERSAL, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO MUSEU DE ARTE DE
BRASÍLIA (MAB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Tecnologia em Design de Produto, do Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia, como parte da exigência para obtenção do título de Tecnólogo em Design de Produto.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Fernanda Freitas Costa de Torres.

Brasília

2024

Faccenda, Giovanna Fouraux Abreu Borges.

Design Universal, Inclusão e Acessibilidade no Museu de Arte de Brasília (MAB) / Giovanna Fouraux Abreu Borges Faccenda ; orientação Fernanda Freitas Costa de Torres. — Samambaia, DF: 2024.

47 f. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design de Produto) — Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia, Samambaia, DF, 2024.

Orientador(a): Fernanda Freitas Costa de Torres.

1. Design universal. 2. Acessibilidade. 3. Museu. 4. Brasília. I. Torres, Fernanda Freitas Costa de, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

GIOVANNA FOURAUX ABREU BORGES FACCENDA

**Design Universal, Inclusão e Acessibilidade no Museu de Arte de Brasília
(MAB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Tecnologia em Design de Produto, do Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia, como parte da exigência para obtenção do título de Tecnólogo em Design de Produto.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Fernanda Freitas Costa de Torres.

Aprovado em 26 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Fernanda Freitas Costa de Torres
Instituto Federal de Brasília (IFB)
Orientadora

Prof. Ian Duarte Roth
Instituto Federal de Brasília (IFB)

Prof. Dr. Ricardo Faustino Teles
Instituto Federal de Brasília (IFB)

"A acessibilidade é um direito, não um privilégio"

William Loughborough

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha filha Diana, meu maior presente e minha maior motivação. Ser sua mãe tem sido uma experiência incrível e eu sou extremamente grata por te ter ao meu lado. Você é dócil, meiga, risonha e gentil, e me faz querer ser alguém melhor todo santo dia. Mamãe te ama imensamente.

Aos meus pais, Carolina e Marcelo, por serem meus maiores incentivadores, e por terem muita paciência comigo ao longo dessa jornada. Obrigada por sempre me orientarem, por me criarem com muito carinho e amor, e por sempre me permitirem expressar os meus desejos e medos. Espero que a Diana sinta, por mim, um pouco só da admiração e gratidão que eu sinto por vocês.

Ao meu marido Matheus. Meu amor, que trajetória louca e maravilhosa tem sido viver a vida ao seu lado. Sou muito grata por poder dividir a minha vida com você e com a Didi. Espero que possamos criar muitas outras memórias juntos.

À minha família, por todo o amor que vocês me deram. Obrigada por sempre acreditarem em mim e por me encorajarem a correr atrás dos meus sonhos.

Às minhas amigas e quase irmãs, Gesser, Cristina, Isabela e Débora, por estarem comigo nessa caminhada. Crescer com vocês foi e ainda é um privilégio imenso. Obrigada por estarem nos melhores e também nos piores momentos da minha vida, me dando suporte e me fazendo rir.

Aos meus amigos da primeira graduação, Ciência Política, que levo até hoje, Sara, Gustavo, Rebeca, Natalie, Adrielle e Madu, minha eterna gratidão por iluminarem o meu dia e por serem tios maravilhosos para a Didi.

Aos meus colegas do curso de design e também aos professores do Instituto Federal de Brasília, pelo imenso apoio e compreensão que tiveram comigo nesses últimos dois anos. Ser mãe na faculdade é difícil, mas com o carinho que vocês tiveram comigo e com a Diana, a caminhada foi o mais suave possível.

À minha querida orientadora Fernanda, pela orientação e pelo suporte durante a elaboração deste trabalho. Foi um prazer dividir esse semestre com você. Muito obrigada pela sua dedicação e o seu trabalho na área de design e pela paciência que você teve comigo.

RESUMO

O seguinte trabalho propõe-se a investigar a relação entre design, inclusão e acessibilidade, utilizando como objeto de estudo o Museu de Arte de Brasília (MAB), museu de grande relevância no campo do design de produto brasileiro, de modo a identificar formas de tornar o espaço museológico mais inclusivo para pessoas com diferentes tipos de deficiência. Este estudo utilizará métodos quantitativos e métodos qualitativos, como análise de dados e referências bibliográficas, para analisar a estrutura física, exposições e recursos de tecnologia assistiva disponíveis no museu. Os conceitos de Design Universal, acessibilidade e inclusão, juntamente com as NRs — normas regulamentadoras — da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e outras leis e resoluções, serão utilizados como princípios norteadores para a execução da inspeção do ambiente. Os resultados incluem a identificação dos problemas na estrutura do museu e recomendações para melhorias na acessibilidade do museu, com o objetivo de promover uma experiência mais inclusiva e enriquecedora para todos os visitantes.

Palavras-chave: design universal, acessibilidade, museu, Brasília.

ABSTRACT

The following work aims to investigate the relationship between design, inclusion and accessibility, using the Brasilia Art Museum (MAB), a museum of great relevance in the field of Brazilian product design, as its object of study, in order to identify ways of making the museum space more inclusive for people with different types of disabilities. This study will use quantitative and qualitative methods, such as data analysis and bibliographical references, to analyse the physical structure, exhibitions and assistive technology resources available in the museum. The concepts of Universal Design, accessibility and inclusion, together with the NRs - regulatory standards - of the ABNT (Brazilian Association of Technical Standards) and other laws and resolutions, will be used as guiding principles for carrying out the analysis of the space. The results include the identification of problems in the museum's structure and recommendations for improving the museum's accessibility, with the aim of promoting a more inclusive and enriching experience for all visitors.

Keywords: universal design, accessibility, museum, Brasília.

LISTA DE SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

DF Distrito Federal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB Instituto Federal de Brasília

LBI Lei Brasileira de Inclusão

MAB Museu de Arte de Brasília

MR Módulo de Referência

NBR Normas Brasileiras Regulamentadoras

NM Norma Mercosul

PCD Pessoa com Deficiência

PCR Pessoa em Cadeira de Rodas

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA.....	22
FIGURA 2. ESTACIONAMENTO DO MAB.	25
FIGURA 3. ACESSO LATERAL DO MAB.....	27
FIGURA 4. RAMPA DE ACESSO DO MAB.	28
FIGURA 5. FIM DA RAMPA DE ACESSO DO MAB.....	29
FIGURA 6. RECEPÇÃO	30
FIGURA 7. ESCADA	31
FIGURA 8. HIDRANTE.....	32
FIGURA 9. ÁREA DOS ELEVADORES	33
FIGURA 10. PARTE INTERNA DOS ELEVADORES.....	34
FIGURA 11. PORTA DO BANHEIRO PARA PCDs.....	35
FIGURA 12. BANHEIRO PCD - PARTE INTERNA	37
FIGURA 13. BANHEIRO PCD - VISTA ALTERNATIVA	37
FIGURA 14. CORRIMÃO.....	39
FIGURA 15. OBRA DE ARTE EXPOSTA	40
FIGURA 16. MOBILIÁRIO DE DESIGN EXPOSTO	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo Geral	14
2.2. Objetivos Específicos	14
3. JUSTIFICATIVA.....	15
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4.1. Design Universal	16
4.2. Inclusão.....	17
4.3. Acessibilidade.....	18
4.4. A Pessoa com Deficiência	19
4.5. Tecnologia Assistiva	20
5. METODOLOGIA.....	21
6. DESENVOLVIMENTO.....	22
6.1. O Museu de Arte de Brasília	22
6.2. O MAB Educativo	23
6.3. Normas Brasileiras (NBRs).....	24
6.3.1. ABNT NBR 9050/2020.....	24
6.3.2. ABNT NBR 16537/2024.....	24
6.3.3. ABNT NBR NM 313/2007	24
6.3.4. Resolução CONTRAN nº 304, de 18 de dezembro de 2008.....	24
7. ANÁLISE DO ESPAÇO DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA (MAB).....	25
7.1. Análise do Espaço do Museu de Arte de Brasília segundo o Design Universal	25
7.2. Análise do Espaço do Museu de Arte de Brasília segundo as Normas Regulamentadoras (NRs) da ABNT.....	26

7.2.1. Estacionamento.....	26
7.2.2. Acesso lateral do MAB	28
7.2.3. Início da Rampa de Acesso do MAB	29
7.2.4. Fim da Rampa de Acesso do MAB	30
7.2.5. Recepção.....	31
7.2.6. Escadas	32
7.2.7. Extintores/Hidrantes	33
7.2.8. Área dos Elevadores	34
7.2.9. Parte Interna dos Elevadores	35
7.2.10 Área Externa do Banheiro Acessível.....	36
7.2.11. Parte Interna dos Banheiros	38
7.2.12. Corrimãos	40
7.2.13. Área de Exposições/Expositores.....	41
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

O Museu de Arte de Brasília, como um espaço cultural importante na capital brasileira, desempenha um papel fundamental na preservação e divulgação da arte e da cultura brasiliense, especialmente do design modernista da capital.

O acervo do museu conta com obras de artistas, arquitetos e designers importantes para a história e construção da identidade de Brasília, como Sérgio Rodrigues, Jorge Zalszupin e Franz Weissmann. Esses itens expostos fizeram parte da composição de interiores de palácios, órgãos públicos e casas residenciais e, ao longo dos anos, se tornaram objetos de referência na criação de movimento de design autoral de Brasília.

Porém, para que esse ambiente seja aproveitado de maneira total, é necessário que o espaço dele tenha adaptações para o público com deficiência ou com algum outro tipo de limitação, como mães com carrinhos de bebê, idosos, etc. O design do ambiente e das exposições desempenha um papel fundamental na experiência do visitante e na inclusão de pessoas com diferentes capacidades físicas e cognitivas. Neste contexto, este trabalho propõe investigar se este espaço museológico atende aos princípios de design universal e de acessibilidade.

A promoção da inclusão social requer o reconhecimento das multiplicidades de características que os seres humanos possuem, como raça, gênero, idade e deficiência presentes na sociedade e que, historicamente, estão associadas às situações de desigualdade social.

Através da utilização dos conceitos de design universal, acessibilidade, inclusão, tecnologias assistivas e da consulta às Normas Regulamentadoras Brasileiras (NBRs), regras que regem e padronizam processos e técnicas, pretende-se verificar se o local está preparado para atender todo tipo de público ou não.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é investigar a relação entre design e acessibilidade no Museu de Arte de Brasília, com o intuito de analisar como as escolhas de design impactam a experiência dos visitantes, especialmente aqueles com deficiência.

2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Avaliar a acessibilidade física do Museu de Arte de Brasília, incluindo a verificação da infraestrutura física, como rampas, elevadores e acesso a banheiros, para identificar possíveis barreiras.
- b) Analisar a eficácia da sinalização e da comunicação visual do museu, investigando se elas são claras, legíveis e acessíveis para todos os visitantes.
- c) Examinar a disponibilidade de recursos de tecnologia assistiva, como audioguias ou dispositivos de ampliação.
- d) Investigar as práticas de inclusão adotadas pelo museu, incluindo programas educacionais e atividades culturais.

3. JUSTIFICATIVA

A promoção da inclusão social é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A acessibilidade deve ser garantida em todos os espaços culturais, como museus e cinemas, para que pessoas com deficiência possam participar plenamente das ofertas culturais e educativas. Este estudo pode servir para o Museu de Arte de Brasília assegurar o cumprimento dessas normas, promovendo um ambiente mais inclusivo para todos os cidadãos.

Além de atender a requisitos legais, a acessibilidade melhora a experiência de visita para todos, incluindo idosos, gestantes e famílias com crianças pequenas, que também podem enfrentar desafios específicos ao acessar esses espaços. Um museu acessível enriquece a vida dos visitantes ao proporcionar oportunidades para aprendizado e engajamento com a arte e a história, beneficiando também a comunidade local e o setor de turismo.

Ao adotar práticas de design inclusivo, o Museu de Arte de Brasília não apenas valoriza a diversidade e a criatividade, mas também se estabelece como um destino cultural mais acolhedor e atraente para um público variado. E um designer, como agente de transformação social, deve utilizar suas ferramentas e o seu conhecimento para trazer a mudança na sociedade, em busca de um mundo mais justo e acolhedor.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Design Universal

Design Universal é um termo criado por Ronald Lawrence Mace, arquiteto, educador e designer de produto do século XX, que se caracteriza por criar espaços que sejam aproveitados por todo tipo de indivíduo, independentemente de sua faixa etária ou suas habilidades.

Ronald Lawrence Mace nasceu em 3 de agosto de 1942 e, aos nove anos de idade, contraiu poliomielite, que deixou graves sequelas em seu corpo. Desde então, ele precisou utilizar uma cadeira de rodas para se locomover. Foi professor na Universidade Estadual da Carolina do Norte, onde se formou arquiteto, e um grande defensor da acessibilidade em espaços urbanos. Durante sua graduação, teve diversos problemas ao tentar acessar os prédios da sua faculdade, o que o levou a questionar o governo e que, mais tarde, também o levou a ajudar a criar algumas legislações que proíbem a discriminação contra pessoas com deficiências, especialmente a *Fair Housing Amendments Act* de 1988 e a *Americans with Disabilities Act* de 1990 (NCSU. [s.d.]).

Em seu livro, *The Universal Design File*, Ron, juntamente com seus colegas Molly Story e James L. Muller, categoriza o Design Universal em sete princípios (MACE ET AL. 1998. p.31-79):

1) Uso equitativo

O design precisa ser útil e seguro, sem segregar ou estigmatizar qualquer usuário.

2) Flexibilidade de uso

O design deve englobar uma extensa variedade de preferências e habilidades pessoais, permitindo escolha do método de utilização, adaptabilidade ao ritmo e precisão do usuário.

3) Uso intuitivo

O design deve ser compreendido independente do conhecimento do usuário, de modo a corresponder às expectativas e intuições dele. Para isso, é necessário eliminar as complexidades de seu uso, hierarquizar informações e fornecer *feedbacks*.

4) Informação Perceptível

Ser capaz de comunicar e informar, independentemente da habilidade do usuário ou ambiente em que se encontra. Precisa diferenciar e contrastar elementos, utilizar diferentes meios de apresentação (pictórico, verbal, tátil) e permitir o acesso a estas informações às pessoas com limitações sensoriais.

5) Tolerância ao erro

Precisa atenuar os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou involuntárias. Deve fornecer avisos de perigo, falha ou erro, manter isolado elementos perigosos de tarefas de rotina e prevenir ações inconscientes em tarefas que requerem atenção.

6) Baixo esforço físico

O design deve ser utilizado de forma eficiente para que seja confortável com o mínimo de fadiga, eliminando esforço físico excessivo.

7) Tamanho e espaço para acesso e uso

O espaço fornecido, pelos espaços, para aproximação, uso, alcance e manipulação deve ser apropriado independentemente do tamanho do corpo do usuário, postura ou mobilidade. Deve fornecer uma visão clara de elementos importantes e acesso a todos os elementos, independentemente de o usuário estar sentado ou em pé, e proporcionar espaço apropriado para a utilização de ferramentas de auxílio ou assistência pessoal (ex.: cadeira de rodas).

Uma aplicação efetiva de design universal precisa levar em consideração as diferentes habilidades de cada ser humano, e como elas podem variar conforme a sua idade, ambiente, circunstância ou deficiência (MACE ET AL. 1998. p. 16).

4.2. Inclusão

Inclusão é um conjunto de estratégias utilizados para garantir que diferenças de classe social, idade, educação, gênero, raça e também condições físicas e mentais não sejam barreiras para o acesso a bens, serviços e oportunidades que são de direito a todos.

A inclusão é um movimento que abrange não apenas a educação, mas também os aspectos sociais e políticos, e busca garantir o direito de todos os indivíduos de participar, de

forma consciente e responsável, na sociedade à qual pertencem, sendo aceitos e respeitados em suas particularidades e diferenças (FREIRE. 2008. p. 5).

4.3. Acessibilidade

O termo "acessibilidade" começou a ser utilizado, historicamente, com o sentido que se é conhecido hoje — relacionado à inclusão e à eliminação de barreiras físicas, sensoriais, intelectuais e digitais — por volta das décadas de 1950 e 1960, quando veteranos das Guerras Mundiais pressionaram os governos de seus países por melhorias em suas condições de vida e de acesso aos espaços públicos.

Foi nessa época que começaram a surgir movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, onde se começou a discutir e a implementar políticas e leis voltadas para garantir acesso igualitário a espaços públicos, transporte, educação e outros serviços (TAHAN, 2012, p.21).

No entanto, o conceito de "acessibilidade" no sentido mais amplo — referindo-se à facilidade de acesso, uso ou entendimento — é muito mais antigo. A palavra "acessibilidade" deriva do latim "accessibilis", que significa "aquilo que pode ser alcançado" (HOUAISS. 2001). Essa ideia de facilidade de acesso ou aproximação já existia há séculos em diferentes contextos, embora não estivesse necessariamente ligada à questões de inclusão ou direitos humanos.

O uso moderno do termo, com o foco na igualdade de acesso para pessoas com deficiência, começou a ganhar força com a introdução de leis e regulamentos específicos, como o *Architectural Barriers Act* de 1968 nos Estados Unidos, que foi uma das primeiras leis a tratar explicitamente da acessibilidade arquitetônica.

No Brasil, o decreto nº 5.296, instituído em 2 de dezembro de 2004, define acessibilidade como:

[...]condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL. 2004. artº 8. inc. I.).

Considerado o pai da acessibilidade no Brasil, o professor Romeu Kazumi Sassaki (2020. p. 127-182) dividiu a acessibilidade em sete dimensões:

- a) Dimensão Arquitetônica: Acesso a espaços públicos sem barreiras físicas. Ex: rampas, pisos táteis, elevadores.
- b) Dimensão Atitudinal: Acesso aos espaços sem estigmas, discriminação e preconceitos. Ex: Capacitação para inclusão, combate ao capacitismo.
- c) Dimensão Comunicacional: Refere-se ao acesso à informação e à comunicação de forma acessível, utilizando recursos adequados para que todos possam compreender e interagir. Ex: LIBRAS, audiodescrição, legendas.
- d) Dimensão Instrumental: Diz respeito ao uso de ferramentas e tecnologias assistivas que facilitam a participação de pessoas com deficiência em diversas atividades. Ex: Leitores de tela.
- e) Dimensão Metodológica: Adaptação de métodos e processos de ensino, trabalho ou atividades diárias para torná-los acessíveis a todos. Ex: Quando professores se utilizam de recursos de tecnologia assistiva para transmitir conteúdo para os seus alunos com deficiência.
- f) Dimensão Natural: Relacionada à acessibilidade em ambientes naturais e de lazer, adaptando esses espaços para garantir a inclusão. Ex: Cadeira anfíbia (cadeira de rodas que permite ao cadeirante se deslocar pela areia e pelo mar).
- g) Dimensão Programática: Conscientização e aplicação de normas, regulamentações e políticas públicas que respeitam as necessidades das pessoas com deficiência. Ex: Lei Brasileira de Inclusão.

A acessibilidade é promovida quando os órgãos responsáveis e a sociedade se unem para suprimir barreiras que impeçam indivíduos com algum tipo de limitação ou deficiência de exercerem os seus direitos.

4.4. A Pessoa com Deficiência

Segundo o relatório da ONU (2006), entende-se como pessoa com deficiência aquele indivíduo que “tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”.

De acordo com o Relatório Mundial Sobre a Deficiência, cerca de um bilhão de pessoas

no mundo, com 15 anos ou mais, vivem com algum tipo de deficiência (SÃO PAULO. 2011). No Brasil, em torno de 8,9% da população, ou 18,6 milhões de pessoas, acima dos 2 anos de idade, convive com algum tipo de deficiência (IBGE. 2022).

4.5. Tecnologia Assistiva

Nos últimos anos, a tecnologia assistiva tem ganhado muito espaço nos centros de pesquisa brasileiros. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), tecnologia assistiva se define como:

[...]produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL. 2015. art. 3º, inc. III).

As tecnologias assistivas são necessárias para a garantia do exercício da cidadania de pessoas com deficiência, sendo obrigatórias aqui no Brasil em espaços como hospitais, escolas, empresas, etc, de modo que a pessoa com deficiência tenha autonomia e qualidade de vida. (BRASIL. 2015. art. 74)

5. METODOLOGIA

A metodologia proposta para este estudo será composta por um estudo de caso, utilizando uma abordagem mista, ou seja, métodos qualitativos e quantitativos. Os procedimentos utilizados serão revisão bibliográfica e análise de dados e documentos.

6. DESENVOLVIMENTO

6.1. O Museu de Arte de Brasília

O Museu de Arte de Brasília (MAB) é um museu de arte e design brasileiro moderno e contemporâneo, localizado em Brasília, Distrito Federal, às margens do Lago Paranoá, entre a Concha Acústica e o Setor de Hotéis de Turismo Norte, ocupando uma área de 4.800m² (SECEC. [s.d.]).

Seu edifício é datado de 1960, tendo o seu projeto estrutural assinado por Oscar Niemeyer e por Joaquim Cardozo e o projeto arquitetônico pelo arquiteto Abel Accioly. O prédio segue o estilo modernista, com a priorização dos espaços e de grandes aberturas e iluminação ampla.

O MAB é uma referência em arte e design brasileiro, mas especialmente de arte e design brasiliense. Este museu possui um papel fundamental na valorização da produção artística e cultural de Brasília e do Distrito Federal. Desde sua inauguração, ele se propõe a ser um espaço de promoção de artistas locais, destacando as peculiaridades culturais e estéticas da capital.

Este museu é essencial para entender a trajetória do design e da arte de Brasília, que está intrinsecamente ligado ao movimento modernista e à própria fundação da cidade. O design urbano de Brasília, com seus traços modernos e planejados, é um elemento central da identidade cultural da cidade, e o MAB ajuda a preservar e contar essa história através de seu acervo.

O acervo do MAB conta com obras de artistas, arquitetos e designers que fizeram e fazem história na capital do país, e é um espaço de comunicação e de troca para os residentes do Distrito Federal e para os turistas que visitam a cidade de Brasília.

Em suma, o Museu de Arte de Brasília é uma referência não apenas pelo acervo de arte e design brasileiro, mas também pela maneira como ele encapsula a identidade cultural única de Brasília, promovendo o entendimento e a apreciação da produção artística e do design local.

FIGURA 1. MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA



Fonte: Divulgação/MAB

6.2. O MAB Educativo

O Museu de Arte de Brasília (MAB) lançou o programa "MAB Educativo", financiado pelo Fundo de Apoio à Cultura em maio de 2023, em parceria com a Mediato, empresa que atua na mediação artística e cultural no Distrito Federal.

A iniciativa propõe-se a promover experiências pedagógicas e educativas, oferecendo visitas mediadas ao acervo e exposições temporárias, além de oficinas artísticas. O foco do programa é a democratização do acesso à cultura e também a capacitação de mediadores culturais. O projeto é estruturado em quatro eixos: a relação da arte brasileira do séc. XX com o contexto sociocultural, educação patrimonial, a conexão entre o museu e o mundo, e formação em práticas artísticas (VISITE BRASÍLIA. 2023).

As visitas feitas pelo MAB Educativo incluem acessibilidade, com interpretação em libras, materiais educativos em braile e um espaço preparado para pessoas com mobilidade reduzida. O objetivo é tornar o MAB um local de convivência e aprendizado inclusivo para todos os públicos, integrando arte à vida cotidiana.

6.3. Normas Brasileiras (NBRs)

Para a execução da análise do espaço do museu, foram utilizadas algumas das Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBRs), que regem todos os tipos de processos e técnicas em território brasileiro. Elas regulamentam como os espaços devem ser organizados e como devem ser dispostos os itens de tecnologia assistiva em construções.

6.3.1. ABNT NBR 9050/2020

A norma 9050/2020 dispõe sobre acessibilidade em construções brasileiras, focando no uso de maneira autônoma dos espaços por pessoas com deficiência.

6.3.2. ABNT NBR 16537/2024

A ABNT NBR 16537/2024 estabelece critérios e parâmetros técnicos para o projeto e instalação de sinalização tátil no piso, visando a acessibilidade de pessoas com deficiência visual ou surdo-cegueira em edificações, espaços e equipamentos urbanos. A norma considera diferentes condições de mobilidade e percepção do ambiente, fornecendo orientações para a circulação autônoma dessas pessoas.

6.3.3. ABNT NBR NM 313/2007

Esta norma do MERCOSUL descreve os requisitos para acesso e uso seguro e privado de elevadores para pessoas, inclusive pessoas com deficiência.

6.3.4. Resolução CONTRAN nº 304, de 18 de dezembro de 2008

Estabelece regras para vagas de estacionamento exclusivas para veículos que transportam pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção.

7. ANÁLISE DO ESPAÇO DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA (MAB)

7.1. Análise do Espaço do Museu de Arte de Brasília segundo o Design Universal

O Museu de Arte de Brasília (MAB) é um espaço cultural importante na cidade, mas sua adequação aos Sete Princípios do Design Universal pode variar. A seguir, será identificado se cada princípio foi atendido pelo museu:

1. Uso Equitativo

O MAB dispõe de rampas de acesso e entradas acessíveis, além de haver sinalização em braile em corrimãos e banheiros e pictogramas. Porém, em alguns locais, a placa de braile está na altura errada.

2. Flexibilidade no Uso

O MAB oferta visitas guiadas ao espaço, onde os mediadores possuem conhecimento de LIBRAS e se esforçam bastante para suprir as demandas dos visitantes surdos ou com deficiência visual.

3. Uso Simples e Intuitivo

Não existem mapas táteis ou dispositivos de áudio que possam ser utilizados para que o visitante interaja com o acervo. Porém, com o programa do MAB educativo, existe um esforço dos mediadores para transmitir o conteúdo, de maneira simples e objetiva, para o visitante, independentemente de suas limitações.

4. Informação Perceptível

O espaço dispõe de placas informativas com contraste adequado, mas não possui legendas em exposições audiovisuais.

5. Tolerância ao Erro

Existe piso tátil de alerta em escadas, elevadores e extintores de incêndio. As escadas e rampas possuem corrimão. Porém, na área de exposições, não existe piso tátil para guiar o visitante com deficiência visual pelo espaço e nem para alertar a presença de obras nos espaços, o que pode fazer com que ele esbarre em algo.

6. Baixo Esforço Físico

O MAB dispõe de um espaço de uso eficiente e confortável, com espaço amplo e sem

muitos obstáculos e com disposição de assentos ao longo do prédio para o visitante descansar. Além disso, existem dois elevadores, três banheiros adaptados e rampas suaves para mais comodidade.

7. Tamanho e Espaço para Aproximação e Uso

As portas, banheiros e áreas de circulação do MAB são amplas de modo geral, permitindo o acesso de pessoas com cadeiras de rodas, ou carrinhos de bebê. Porém, o banheiro adaptado do primeiro andar não possui espaço adequado para o cadeirante manobrar a cadeira de rodas e entrar.

7.2. Análise do Espaço do Museu de Arte de Brasília segundo as Normas Regulamentadoras (NRs) da ABNT

7.2.1. Estacionamento

A primeira análise realizada ocorreu na área externa do museu, no estacionamento, conforme figura 2.

FIGURA 2. ESTACIONAMENTO DO MAB



Fonte: De autoria própria.

A situação do estacionamento é que:

- a) As vagas reservadas para veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas idosas ou com deficiência não possuem sinalização horizontal adequada;
- b) O percurso entre o estacionamento e o acesso da edificação não compõe uma rota acessível;
- c) Não há espaço adicional de circulação de 120 cm sinalizado.

As prescrições normativas que definem os procedimentos corretos a serem seguidos são:

- a) A Resolução CONTRAN nº 304, de 18 de dezembro de 2008, que diz:

“Art. 1º As vagas reservadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção serão sinalizadas pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via utilizando o sinal de regulamentação R-6b “Estacionamento regulamentado” (CONTRAN. 2008)

- b) E a NBR 9050/2020, que fala que:

“6.2.4. O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível”. (ABNT. 2020. p. 50)

“6.14.1.2. As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem:

[...]b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou obliquamente ao meio-fio;” (ABNT. 2020. p. 81)

7.2.2. Acesso lateral do MAB

Seguindo o estacionamento, a próxima análise foi realizada na área próxima do estacionamento, na rua em frente ao acesso lateral, conforme figura 3.

FIGURA 3. ACESSO LATERAL DO MAB



Fonte: De autoria própria.

Após verificação, percebeu-se que:

- a) Não há faixa elevada para travessia ou rebaixamento das calçadas para garantir a rota acessível das vagas reservadas até o acesso da edificação.

A Prescrição Normativa que dispõe sobre circulação de pedestres, a NBR 9050/2020, propõe que:

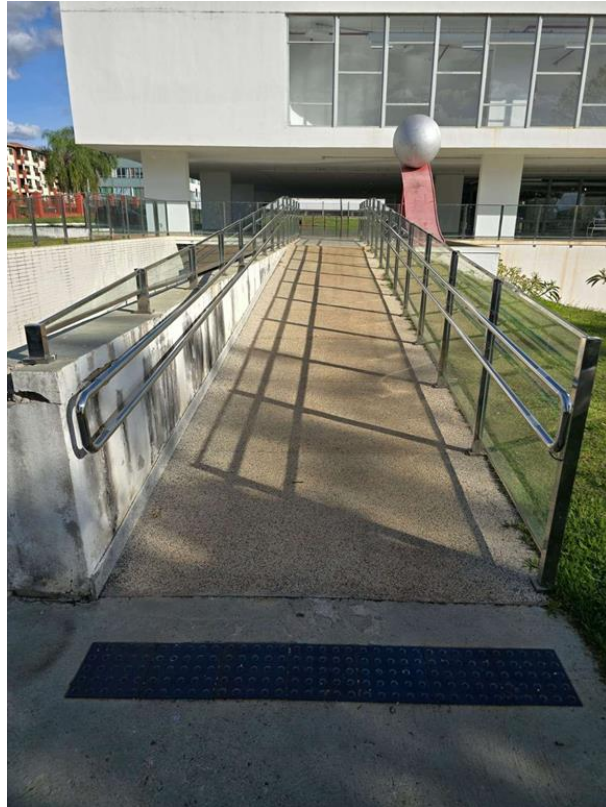
“6.14.2. Circulação de pedestre em estacionamentos

Todos os estacionamentos devem garantir uma faixa de circulação de pedestre que garanta um trajeto seguro, com largura mínima de 1,20 m até o local de interesse. Este trajeto vai compor a rota acessível.” (ABNT. 2020. p.82).

7.2.3. Início da Rampa de Acesso do MAB

A próxima investigação realizada ocorreu na rampa da área externa do museu, que fica de frente para o estacionamento, conforme figura 4.

FIGURA 4. RAMPA DE ACESSO DO MAB



Fonte: De autoria própria.

Depois de examinar o espaço, o que se notou é que:

- a) A rampa possui inclinações longitudinal e transversal compatíveis com as prescrições da norma de acessibilidade;
- b) A rampa possui largura compatível com as prescrições da norma de acessibilidade;
- c) A rampa de acesso possui corrimãos laterais em duas alturas: 70 e 92 cm;
- d) Não há guia de balizamento associada ao lado direito da rampa.

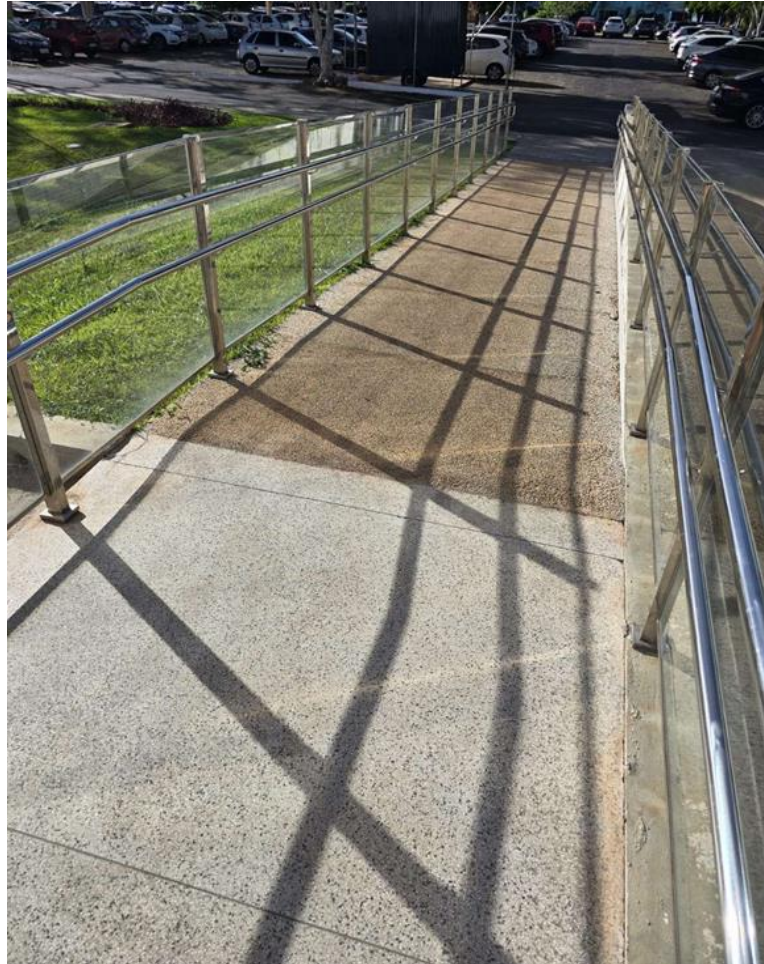
A NBR 9050/2020 dita que:

“6.6.2.8. Quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa,[...]” (ABNT. 2020. p. 58).

7.2.4. Fim da Rampa de Acesso do MAB

O seguinte estudo será quanto à acessibilidade no fim da rampa de acesso (figura 5), se está tudo conforme a norma diz ou não.

FIGURA 5. FIM DA RAMPA DE ACESSO DO MAB



Fonte: De autoria própria.

Não há sinalização tátil de alerta no fim da rampa de acesso, o que contraria a NBR 16537/2024 da ABNT, já que esta prevê que:

“6.3. As áreas públicas ou de uso comum em edificações, espaços e equipamentos urbanos devem ter sinalização tátil de alerta no piso para:

d) indicar o início e o término de escadas e rampas.” (ABNT. 2024. p. 11)

7.2.5. Recepção

O primeiro espaço a ser analisado na parte interna do MAB será a entrada/recepção, conforme a figura 6.

FIGURA 6. RECEPÇÃO



Fonte: De autoria própria

A situação da recepção é que:

- a) O balcão de atendimento não está localizado em rota acessível, e não é facilmente identificável;
- b) O balcão não garante o módulo de referência para a aproximação frontal de cadeirantes;
- c) A superfície do tampo do balcão não possui largura mínima de 90 cm e não está situada entre 75 e 85 cm do piso acabado;
- d) Não há sinalização tátil de alerta associada ao balcão de atendimento.

A NBR 9050/2020 defende que:

“9.2.1.1 Balcões de atendimento acessíveis devem ser facilmente identificados e localizados em rotas acessíveis.

9.2.1.2 Balcões de atendimento acessíveis devem garantir um M.R. posicionado para a aproximação frontal. Devem garantir ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.” (ABNT, 2020, p. 116)

“9.2.1.4 Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura

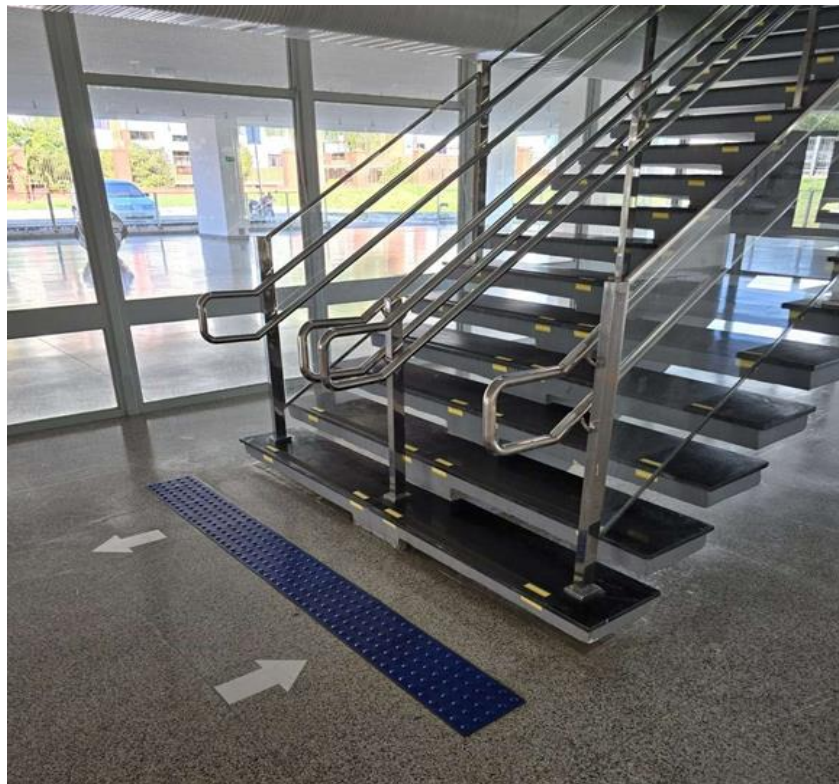
mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

9.2.1.5 Devem ser asseguradas altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.” (ABNT. 2020. p. 116)

7.2.6. Escadas

Ao lado da recepção, no primeiro andar, existe uma escada (figura 7), que está adequadamente sinalizada tanto no início quanto no fim. Também existem escadas ao lado dos elevadores.

FIGURA 7. ESCADA



Fonte: De autoria própria.

Após investigação, verificou-se que o início e o fim das escadas estão adequadamente sinalizados com piso tátil de alerta.

A NBR 16537/2024 comunica que:

“6.4 Degraus, escadas e rampas

A sinalização tátil de alerta no piso deve ser instalada no início e no término de escadas fixas, com ou sem grelhas, degraus isolados, rampas fixas com inclinação (i) superior ou igual a 5 % ($i \geq 5\%$), escadas e esteiras rolantes”. (ABNT. 2024. p. 11)

7.2.7. Extintores/Hidrantes

Os elementos suspensos, como extintores e hidrantes (figura 8), estão afixados nas paredes do museu e sinalizados.

FIGURA 8. HIDRANTE



Fonte: De autoria própria.

No museu, extintores e hidrantes estão adequadamente sinalizados com pisos táteis de alerta. A prescrição normativa que defende isso, a NBR 16537/2024, diz que:

“6.8 Elementos suspensos

Deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 0,60 m do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 0,25 m e 0,60 m”. (ABNT. 2024. p. 19)

7.2.8. Área dos Elevadores

A área dos elevadores (figura 9) fica ao lado da recepção e da escada, próximo aos banheiros e bebedouros.

FIGURA 9. ÁREA DOS ELEVADORES



Fonte: De autoria própria.

Após verificação da área dos elevadores, percebeu-se que as portas dos elevadores estão sinalizadas com piso tátil de alerta, mas não de acordo com as prescrições da norma. A sinalização deve possuir somente a largura do vão do acesso.

A NBR 16537 de 2024 determina que:

“6.9.1 Elevadores e plataformas de elevação vertical

A sinalização tátil de alerta deve ser aplicada em todos os elevadores e plataformas de elevação vertical, na largura do vão (projeção) da porta do equipamento, [...], alertando quanto à proximidade e orientando quanto ao posicionamento para acionamento da botoeira do elevador ou plataforma de elevação vertical. Quando houver necessidade do direcionamento da pessoa com deficiência visual para um ou mais equipamentos, este deve ser feito através do piso tátil direcional”. (ABNT. 2024. p. 22)

7.2.9. Parte Interna dos Elevadores

Depois de observar a área externa dos elevadores, o próximo passo foi observar a estrutura interna deles (figura 10).

FIGURA 10. PARTE INTERNA DOS ELEVADORES



Fonte: De autoria própria.

Quanto à parte interna do elevador:

- a) O elevador possui painel de chamada com informações em relevo e arranjo em braile;
- b) O elevador possui espelhos no painel de fundo;
- c) O elevador possui corrimãos nos painéis laterais e no painel de fundo, localizado entre 85 e 90 cm do piso;
- d) O elevador não possui sistema de aviso sonoro de pavimento adequado (funciona somente para o primeiro pavimento).

As prescrições normativas que discorrem sobre a situação dos elevadores — A NBR NM 313/2007 e a ABNT 9050/2020 — dizem, respectivamente, que:

“5.3.2.1. Deve-se instalar um corrimão localizado nos painéis laterais e no de fundo. O corrimão deve ter uma seção transversal entre 30 e 45 mm, com raio mínimo de 5 ± 1 mm. Deve permitir boa empunhadura, sendo preferencialmente de seção circular, com espaço livre entre o painel da cabina e o corrimão de 40 mm. A altura da parte superior do corrimão deve estar entre 875 ± 25 mm do piso acabado e ter contraste com os painéis da cabina[...].

5.3.2.3. Deve ser instalado um dispositivo que permita ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos quando mover-se para trás ao sair do elevador.” (ABNT. 2007. p. 5-6)

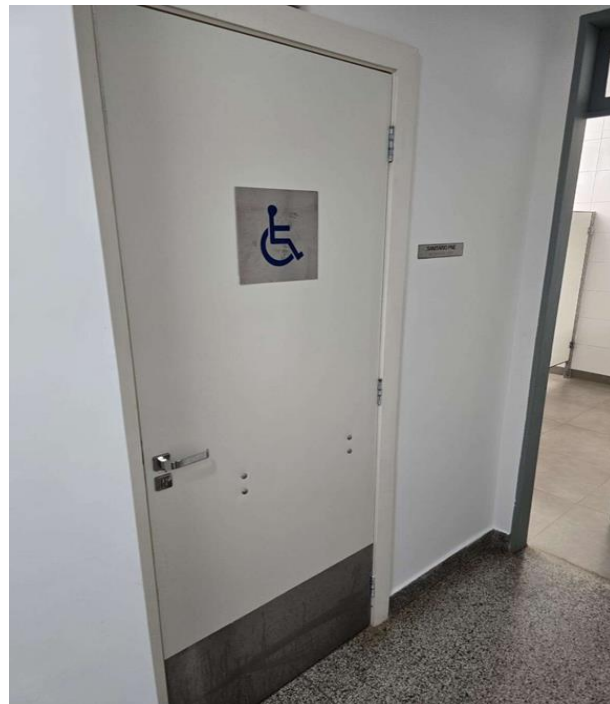
“E.1. Para maximizar o aproveitamento de qualquer visão remanescente, contrastes de cores ou, mais importante, de tons, podem ser usados positivamente para auxiliar a identificar objetos e evitar perigos. Iluminação adequada é essencial em conjunto com as cores. Pessoas cegas necessitam de arranjos táteis e audíveis para poderem atuar independentemente.” (ABNT. 2007. p. 24)

“5.4.5.1. Painéis de chamada de elevadores e plataformas elevatórias devem ter informações em relevo e em Braille de sua operação e estar compatíveis com a ABNT NM 313 e ABNT NBR ISO 9386-1.” (ABNT. 2020. p. 49).

7.2.10. Área Externa do Banheiro Acessível

O próximo item de análise são os banheiros acessíveis, e para a primeira observação, será discutida a situação da porta do banheiro em si, evidenciada na figura 11.

FIGURA 11. PORTA DO BANHEIRO PARA PCDs



Fonte: De autoria própria.

Quanto à situação da área externa do banheiro acessível:

- a) No sanitário do térreo considerando que o corredor de acesso ao sanitário requer deslocamento lateral, não há espaço livre de 60 cm ao lado da porta;

- b) A maçaneta é do tipo alavanca e está instalada entre 80 e 110 cm do piso acabado, conforme determina a norma;
- c) A porta possui puxador horizontal instalado do lado oposto ao sentido de abertura da porta, mas não está instalado na mesma altura da maçaneta, como dita a norma;
- d) A porta possui revestimento anti-impactos em chapa de aço instalado em ambos os lados, mais do que diz a norma, que preconiza a obrigação desse elemento em somente um dos lados da porta;
- e) A cor das portas não é contrastante com a cor das paredes.

A NBR 9050/2020 prevê que:

“6.11.2.3. No deslocamento lateral, deve ser garantido 0,60 m de espaço livre de cada um dos lados,[...]. Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor.” (ABNT. 2020. p. 69)

“6.11.2.6. As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso[...].

6.11.2.7. As portas de sanitários e vestiários devem ter, no lado oposto ao lado da abertura da porta, um puxador horizontal, instalados à altura da maçaneta. O vão entre batentes das portas deve ser maior ou igual a 0,80 m.

Recomenda-se ter um revestimento resistente a impactos [...] e que estas portas ou batentes tenham cor contrastante com a da parede e do piso de forma a facilitar sua localização.” (ABNT. 2020. p. 71)

7.2.11. Parte interna dos banheiros

Após a avaliação das portas dos banheiros acessíveis, vem a investigação da parte interna do banheiro acessível (figuras 12 e 13) e se ela está de acordo com a norma.

FIGURA 12. BANHEIRO PCD - PARTE INTERNA



Fonte: De autoria própria.

FIGURA 13. BANHEIRO PCD - VISTA ALTERNATIVA



Fonte: De autoria própria.

Após inspeção, foi verificado que:

- a) Os sanitários acessíveis atendem à normalização no referente às quantidades mínimas, localização e dimensões mínimas;
- b) A bacia sanitária não possui abertura frontal e o lavatório é de coluna suspensa, e ambos atendem à determinação de norma no tocante às dimensões mínimas e posicionamento;
- c) A válvula possui as condições elencadas pela norma, no que se refere à posição e acionamento;
- d) A posição dos acessórios (papeleiras e saboneteiras) atende às prescrições da norma;
- e) Os sanitários acessíveis não possuem alarmes audiovisuais de emergência;

A NBR 9050/2020 informa que:

“5.6.4.1. Alarme de emergência para sanitário

Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo à bacia, no boxe do chuveiro e na banheira para acionamento por uma pessoa sentada ou em caso de queda nos sanitários, banheiros e vestiários acessíveis. Recomenda-se a instalação de dispositivos adicionais em posições estratégicas, como lavatórios e portas, entre outros. A altura de instalação deve ser de 40 cm do piso[...]. Os dispositivos devem[...]e ter cor que contraste com a da parede”. (ABNT. 2020. p. 51).

“7.5. Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível

As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade:

[...]d) deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra;” (ABNT. 2020. p. 84)

“7.7.2.1. Altura da bacia

As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medida a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46m para as bacias de adulto, [...], e de 0,36 m para as bacias infantis.” (ABNT. 2020. p. 90)

“7.7.2.2.1. Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária[...].

7.7.2.2.2. Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de

altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral[...]" (ABNT. 2020. p. 91).

“7.7.3.1. Válvula de parede

O acionamento da válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00 m, e ser preferencialmente acionado por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. A força de acionamento deve ser inferior a 23 N.” (ABNT. 2020. p. 97).

“7.8.1 As barras de apoio dos lavatórios podem ser horizontais e verticais. Quando instaladas, devem ter uma barra de cada lado e garantir as seguintes condições:

- a) ter um espaçamento entre a barra e a parede ou de qualquer outro objeto de no mínimo 0,04 m, para ser utilizada com conforto;
- b) ser instaladas até no máximo 0,20 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da barra para permitir o alcance;
- c) garantir o alcance manual da torneira de no máximo 0,50 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da torneira,[...].
- e) as barras verticais devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso e com comprimento mínimo de 0,40 m, garantindo a condição da alínea a);
- f) ter uma distância máxima de 0,50 m do eixo do lavatório ou cuba até o eixo da barra vertical instalada na parede lateral ou na parede de fundo para garantir o alcance.” (ABNT. 2020. p.98)

7.2.12. Corrimãos

Os corrimãos ficam localizados próximos às rampas, conforme figura 14.

FIGURA 14. CORRIMÃO



Fonte: De autoria própria.

Os corrimãos de rampas e escadas estão adequadamente sinalizados com informações em relevo e em braile, pois A NBR 9050/2020 prevê que:

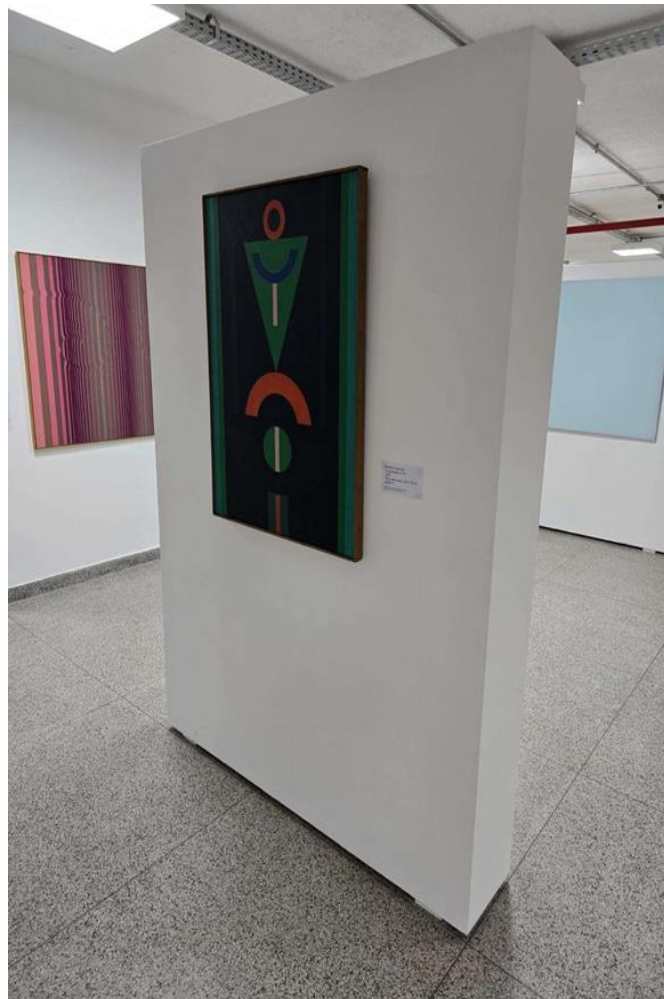
“5.4.3. Sinalização de pavimento

A sinalização de identificação de pavimentos (andares) junto a escadas fixas e rampas deve ser visual, em relevo e em Braille. A sinalização visual e em relevo pode ser aplicada no corrimão ou na parede,[...]. A sinalização em Braille deve estar obrigatoriamente posicionada na geratriz superior do prolongamento do corrimão,[...]” (ABNT. 2020. p. 47)

7.2.13. Área de Exposições/Expositores

O último item a ser observado no espaço do MAB são as peças do acervo que estão expostas no segundo andar, a exemplo das figuras 15 e 16.

FIGURA 15. OBRA DE ARTE EXPOSTA



Fonte: De autoria própria.

FIGURA 16. MOBILIÁRIO DE DESIGN EXPOSTO



Fonte: De autoria própria.

A situação da área de exposições é a seguinte:

- a) Não há dispositivos para audiodescrição das obras.
- b) Não há braile nas placas descritivas das obras.
- c) Não há mapas ou painéis táteis das obras expostas.
- d) Não há piso tátil indicando que ali possui uma coluna e uma obra.

Não existe prescrição normativa da ABNT específica para exposições de arte, mas a ABNT 16537/2024 dita que:

“6.8 Elementos suspensos

Deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 0,60 m do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 0,25 m e 0,60 m”. (ABNT. 2024. p. 19)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a visita no museu, pode-se perceber que as acessibilidades física, metodológica e atitudinal são bem presentes, de modo que o espaço está, de modo geral, bem preparado para receber pessoas com baixa locomoção, como cadeirantes ou idosos e também indivíduos com algum tipo de deficiência intelectual, já que são oferecidas visitas guiadas com linguagem simplificada pelo MAB Educativo.

Apesar disso, infelizmente ainda não existem muitos meios de acessibilidade sensorial no museu, como audiodescrição e mapa tátil. Apenas quatro obras fixas possuem *QR Code* contendo audiodescrição e nenhuma obra do acervo tinha algum tipo de mapa tátil para que pessoas cegas e de baixa visão pudessem tatear.

Essa falta de recursos infelizmente vem de uma falta de investimentos do governo do Distrito Federal, pois é ele que fornece os recursos para cada exposição, através de editais. Ou seja, a acessibilidade programática continua sendo o maior problema na vida brasileira, pois, apesar de existirem leis e portarias que defendam adequações ao espaço para estimular a livre circulação de qualquer indivíduo, não existe muita pressão do governo ou mesmo muita fiscalização que faça com que essa regra seja cumprida.

O programa de mediação e visita guiada feito pelo MAB Educativo demonstra o claro interesse do museu de preencher essas lacunas do espaço, já que eles oferecem LIBRAS, comunicação simples e acompanhamento a qualquer pessoa com deficiência. Porém, é necessário que as adequações ao espaço também sejam feitas, para garantir a autonomia do visitante, como dita o design universal e as normas regulamentadoras da ABNT.

Assim, de modo a preservar a história do design brasileiro e, especialmente, do design brasileiro, o governo precisa garantir investimentos na área de acessibilidade em espaços museológicos como o MAB, e meios de fiscalização para saber se o que consta nas leis está sendo cumprido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Em breve, Museu de Arte de Brasília será reinaugurado.**

Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/02/em-breve-museu-de-arte-de-brasilia-sera-reinaugurado/>>. Acesso em: 12 julho. 2024.

AIDAR, Gabriela. ACESSIBILIDADE EM MUSEUS: IDEIAS E PRÁTICAS EM CONSTRUÇÃO. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 155–175, 2019.

DOI: 10.12957/redoc.2019.39810. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/39810>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

ANDRADE, Renata. Museu Inclusivo é Museu Acessível: importância do Design Universal na promoção da acessibilidade na cultura. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 31–50, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/33960>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. 2004. Disponível em:

<www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>, Acesso em: 6 mar. 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537 – Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. 2024.

Disponível em: <<https://ampid.org.br/site2020/wp-content/uploads/2024/01/NBR-16537-2024.pdf>>, Acesso em: 6 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência**. 2007.

Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBRN_M313.pdf> Acesso em: 30 de junho de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.html>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf> Acesso em 29 de junho 2024.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho universal: métodos e técnicas de ensino na graduação de arquitetos e urbanistas**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 04 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). **RESOLUÇÃO 304 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008**. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao_contran_304.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**. 2008. p. 5-20.

GOVERNO DE SÃO PAULO. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo/SP. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=7A7DF9CEA8246F3BFCCA2E4D307A013C?sequence=4/>. Acesso em: 10

de agosto de 2024.

GUIMARÃES, Maíra Oliveira. **MAB: o Museu de Arte de Brasília desde o Anexo do Brasília Palace Hotel**. Brasília, DF: Ed. da Autora, 2020. 126 p., il.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência**.

2022. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf> Acesso em: 04 de set. 2024.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de. **DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

MACE, Ronald L. et al. **Accessible Environments: Toward Universal Design**. 1998.

Disponível em: <https://mn.gov/mnddc/parallels2/pdf/90s/90/90-AEN-CAH.pdf>>. Acesso em: 05 de set. 2024.

NC STATE University Libraries. **Ronald L. Mace Papers, 1974-1998**. Disponível em:

<<https://www.lib.ncsu.edu/findingaids/mc00260/summary>>. Acesso em: 14 set. 2024.

RODRIGUES, Juciara de Mesquita. **Um cego visita o museu: uma proposta de sinalização inclusiva para o Museu Câmara Cascudo**. Orientador: Elizabeth Romani. 2019. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design) - Departamento de Design, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação). São Paulo. Ano XII. mar./abr. 2009. p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Lavratus

Prodeo. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA (SECEC). **Museu de Arte de Brasília**. Disponível em: <<https://www.cultura.df.gov.br/mab/>> Acesso em: 11 de agosto de 2024.

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. **A universalidade dos direitos humanos**. In: **Estudos e debates em Direitos Humanos**. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.

VISITE BRASÍLIA. **Museu de Arte de Brasília recebe Programa Educativo**. Disponível em: <<https://visitebrasil.com.br/noticias/museu-de-arte-de-brasil-recebe-programa-educativo>>. Acesso em: 14 set. 2024.